PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL – IPSM, de São José dos Campos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a reestruturação do quadro de pessoal promovida pela Reforma Administrativa, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 716/2026, e em atendimento ao disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público que realizará CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos efetivos, sob o regime estatutário, nas condições estabelecidas neste Edital.

Art. 1º Fica **RETIFICADA** a Tabela 2.1 do Edital de Abertura, passando a seguinte redação:

NÍVEL SUPERIOR (1)						
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PcD (2)**	**Remuneração Inicial Bruta**	**Período de Realização das Provas**
401	Analista em Gestão Previdenciária	40 h	7	1	R$ 5.185,46	Manhã
402	Analista Previdenciário - Jurídico	40 h	2	CR	R$ 5.185,46	Tarde
403	Analista Previdenciário - Administrador	40 h	4	1	R$ 5.185,46	Tarde
404	Analista Previdenciário – TI	40 h	1	CR	R$ 5.185,46	Tarde
405	Analista Previdenciário – Psicólogo	40 h	1	CR	R$ 5.185,46	Tarde
406	Analista Previdenciário – Assistente Social	30 h	CR	CR	R$ 3.889,11	Tarde

Art. 2º Fica **RETIFICADO** o Item 6, com alteração dos subitens 6.1, 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.5, passando a seguinte redação:

6.1 Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, observadas as disposições do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), do § 2º do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 56, de 24 de julho de 1992, e demais normas aplicáveis, incluindo as disposições legais específicas relativas à visão monocular, à deficiência auditiva, ao Transtorno do Espectro Autista e às condições previstas na Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025, observada a avaliação biopsicossocial, nos termos da legislação vigente.

6.1.1 Será observado o direito à convocação dos candidatos com deficiência aprovados na lista especial quando a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o total de vagas que venham a ser objeto de nomeação para o cargo resultar em número igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), hipótese em que será realizado o arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente.

6.1.2 A convocação dos candidatos com deficiência aprovados em lista específica observará o percentual de reserva previsto neste Edital, a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre as listas. Os candidatos com deficiência classificados serão convocados para ocupar a 5ª vaga ofertada neste Edital e as 25ª e 45ª vagas, e assim sucessivamente, em relação às vagas que eventualmente vierem a ser criadas e disponibilizadas durante o prazo de validade do Concurso Público, respeitada a classificação e observada a legislação aplicável.

6.1.3 A compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será avaliada por meio de avaliação biopsicossocial, realizada nos termos deste Edital e da legislação vigente.

6.1.4 As vagas decorrentes de nomeações tornadas sem efeito ou de renúncias não serão consideradas, por si só, novas vagas para fins de cálculo da reserva prevista neste item, sem prejuízo da observância do percentual legal nas nomeações subsequentes.

6.1.5 As vagas que eventualmente venham a ser ocupadas e objeto de posterior vacância e as vagas relacionadas aos candidatos que renunciarem à nomeação não serão computadas para efeito deste item, pelo fato destes atos não resultarem na criação de novas vagas.

Art. 3º Fica **RETIFICADA** a Tabela 9.2 do Edital de Abertura, passando a seguinte redação:

TABELA 9.2

NÍVEL SUPERIOR						
CÓDIGO/CARGO	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
402 – Analista Previdenciário – Jurídico 407 – Médico	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1	10	Eliminatório e Classificatório
		Legislação Municipal e Institucional	10	1	10	
		Conhecimentos Específicos	40	1	40	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS		**60**	**----------**	**60**	**----------**

Art. 4º Fica **RETIFICADO** o Anexo II do Edital de Abertura, com alteração do cargo 402, passando a seguinte redação:

CARGO 402: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO - JURÍDICO
Requisito de Formação: Curso Superior de Graduação em Direito. Certidão negativa de distribuição criminal.
Atribuições: Fornecer apoio técnico-jurídico e administrativo. Acompanhar processos administrativos e judiciais de qualquer natureza, inclusive quanto às publicações em Diário Oficial, quando formalmente determinado pelo seu superior. Colaborar na regularidade do cumprimento dos atos processuais, bem como na observância dos prazos. Emitir relatórios, informações e outros documentos em processos administrativos. Colaborar na elaboração de tabelas demonstrativas, organogramas, fluxogramas e outros gráficos. Pesquisar legislação, doutrina e jurisprudência. Colaborar em estudos e pesquisas com o objetivo de aprimorar normas e métodos de trabalho na busca do melhor desenvolvimento das atividades na unidade e também em cumprimento a determinações superiores. Executar trabalhos de natureza técnica, contribuir para a elaboração de minutas de peças jurídicas, de atos administrativos, normativos, legislativos e outros documentos relativos à sua atividade de acordo com a necessidade do serviço. Realizar atividades relativas à instrução, tramitação e movimentação de processos em observância aos procedimentos. Manter o controle do arquivo setorial inclusive por meio de sistema tecnológico e computacional. Contribuir para ações voltadas à estruturação e manutenção de banco de dados com informações relativas à sua área de atuação e executar demais atividades necessárias à organização dos documentos. Assegurar a exatidão e o fluxo normal de ofícios, certidões, laudos, documentos, atestados, informações, circulares, processos e outros textos oficiais pertinentes à Procuradoria e do setor que estiver lotado. Prestar informações ao público interessado atinentes à área de sua atuação. Participar de reuniões, comissões, grupos e equipes de trabalho. Participar do planejamento institucional e dos planos da sua unidade de atuação. Executar outras atividades inerentes a sua área de atuação que lhe forem atribuídas ou determinadas pelo seu superior. Elaborar análises de processos administrativos e de benefícios previdenciário, verificando a sua subsunção às normas legais. Contribuir para análises de processos administrativos de licitação e compras em geral, inclusive elaborando minutas de contratos, convênios e outros instrumentos congêneres. Prestar apoio na elaboração de defesas e prestação de informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Executar outras atividades inerentes a sua área de atuação ou ambiente organizacional sempre que solicitado ou necessário. Dirigir veículo para cumprimento das atribuições do cargo quando necessário.

Art. 5º Fica **RETIFICADO** o Anexo III do Edital de Abertura, com alteração do conteúdo de CONHECIMENTOS COMUNS – TODOS OS CARGOS (EXCETO ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – DIREITO, ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – TI E MÉDICO), passando a seguinte redação:

Noções de Informática: 1. Conhecimento e utilização de ferramentas de comunicação e colaboração corporativa (webmail, mensagens instantâneas, videoconferência) e gestão e compartilhamento de arquivos em nuvem (Google Drive, OneDrive, Zoom). 2. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 11 (em português). 3. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) – versão 365 (em português). 4. Utilização de ferramentas de produtividade e colaboração, em português, do Google Workspace (Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive e Meet). 4. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. 6. Navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome. 7. Noções fundamentais de segurança da informação (antimalware, phishing, ransomware, autenticação segura e proteção de dados) e conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a LAI (Lei de Acesso à Informação). 8. Fundamentos de inteligência artificial: conceitos e inter-relações entre inteligência artificial, aprendizado de máquina (machine learning) e aprendizado profundo (deep learning). 9. Noções sobre ciência de dados e governança de dados. Importância da informação e gestão do conhecimento.

Art. 6º Fica **RETIFICADO** o Anexo III do Edital de Abertura, com alteração do conteúdo de CONHECIMENTOS COMUNS – TODOS OS CARGOS (EXCETO ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – JURÍDICO ANALISTA

PREVIDENCIÁRIO – TI E MÉDICO):
Noções de Direito e Legislação Municipal e Institucional:1. Lei Geral de Proteção de Dados. 2. Legislação Municipal e Institucional (Estatuto Servidores Públicos – Lei Complementar Municipal nº 56/1992. 3. Lei Orgânica do Município e Lei Estrutura Administrativa IPSM – Lei Municipal nº 10.408/2021 e alterações). **4. Noções de Direito Administrativo:** 4.1. Estado, governo e administração pública: 4.1.1. Conceitos. 4.2. Direito administrativo: 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Objeto. 4.2.3. Fontes. 4.3. Ato administrativo: 4.3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 4.3.2 Extinção do ato administrativo e convalidação. 4.3.3. Decadência administrativa. 4.4. Agentes públicos: 4.4.1. Disposições constitucionais aplicáveis. 4.4.2. Conceito e espécies. 4.4.3. Cargo, emprego e função pública. 4.4.4. Provimento e vacância. 4.4.5. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4.6. Remuneração, vencimento e subsídio. 4.4.7. Direitos e deveres. 4.4.8. Responsabilidade. 4.4.9. Processo administrativo disciplinar. 4.4.10. Concurso público. 4.5. Poderes da administração pública: 4.5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.5.2. Uso e abuso do poder. 4.6. Regime jurídico-administrativo: 4.6.1. Conceito. 4.6.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública. 4.7. Serviços públicos: 4.7.1. Conceito. 4.7.2. Elementos constitutivos. 4.7.3. Formas de prestação e meios de execução. 4.7.4. Delegação: concessão, permissão e autorização. 4.7.5. Classificação. 4.7.6. Princípios. 4.7.7. Parceria público-privada. 4.4.8. Organização administrativa: 4.8.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.8.2. Administração direta e indireta. 4.8.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 4.8.4. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 4.9. Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429/1992. **5. Noções de Direito Constitucional:** 5.1. Constituição: conceito e classificação: 5.1.2. Poder Constituinte. 5.2. Aplicabilidade das normas constitucionais: 5.2.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 5.2.2 Normas programáticas. 5.3. Direitos e garantias fundamentais: 5.3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 5.4. Organização político administrativa do Estado: 5.4.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5.4.2. Da Administração Pública. 5.5. Poder Judiciário. 5.6. Funções essenciais à justiça: 5.6.1. Ministério Público: 5.6.1.1 Disposições gerais. 5.6.1.2. Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 5.6.1.3. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 5.6.2. Advocacia Pública. 5.6.3. Defensoria Pública. 5.7. Da ordem social: 5.7.1. Do meio ambiente. 5.7.2. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. 5.7.3. Da educação.

Art. 7º Fica **RETIFICADO** o Anexo III do Edital de Abertura, com alteração do conteúdo de CONHECIMENTOS COMUNS – EXCLUSIVAMENTE CARGO MÉDICO, com a exclusão do conteúdo de Raciocínio Lógico, passando a seguinte redação:
Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 10. Locuções verbais (perífrases verbais). 11. Funções do “que” e do “se”. 12. Formação de palavras. 13. Elementos de comunicação. 14. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 15. Concordância verbal e nominal. 16. Regência verbal e nominal. 17. Colocação pronominal. 18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 19. Elementos de coesão. 20. Função textual dos vocábulos. 21. Variação linguística.
~~**Raciocínio Lógico: 1.** Resolução de problemas envolvendo frações. 2. Conjuntos. 3. Porcentagens. 4. Sequências (com números, com figuras, de palavras). 5. Equações de 1º grau. 6. Funções de 1º grau. 7. Razão. 8. Proporção. 9. Regra de três simples. 10. Regra de três composta. 11. Sistemas de equações~~**.**
Legislação Municipal e Institucional: Estatuto Servidores Públicos – Lei Complementar Municipal nº 56/1992, Lei Orgânica do Município e Lei Estrutura Administrativa IPSM – Lei Municipal nº 10.408/2021 e alterações

Art. 8º Fica **RETIFICADO** o Anexo III do Edital de Abertura, com alteração do conteúdo programático de CARGO 402: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO - JURÍDICO, passando a seguinte redação:
Conhecimentos específicos: 1. Direito Constitucional: 1.1. Normas Programáticas e Princípios Constitucionais Vinculantes. 1.2. Disposições Constitucionais Transitórias. 1.3. Poder Constituinte Originário e Derivado. 1.4. Reforma e Revisão Constitucional. 1.5. Controle da Constitucionalidade. 1.6. Dos Princípios Fundamentais. 1.7. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.8. Dos Princípios Constitucionais. 1.9. Administração Pública: disposições gerais. 1.10. Servidores Públicos. 1.11. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. 1.12. Mandado de Segurança. 1.13. Ação Popular. 1.14. Da Organização do Estado. 1.15. Da Administração Pública. 1.16. Das Ações Constitucionais. 1.17. Da Organização dos Poderes. 1.18. Da Ordem Econômica e Financeira. 1.19. Da Ordem Social. 1.20. Súmulas e jurisprudência do STF (relacionadas aos itens desse conteúdo programático). **2. Direito Administrativo**: 2.1 Princípios da Administração Pública. 2.2. Regime Jurídico Administrativo. 2.3. Administração Pública Direta e Indireta: Órgãos e Entidades. 2.4. Autarquias. 2.5.Fundações. 2.6. Agências Executivas e Reguladoras. 2.7. Terceiro Setor. 2.8. Atos e Fatos Administrativos. 2.9. Contratos Administrativos. 2.10. Convênios Administrativos. 2.11. Licitação Pública. 2.12. Poderes Administrativos. 2.13. Agentes Públicos. 2.14. Cargos, Empregos e Funções Públicas. 2.15. Provimento. 2.16. Vacância. 2.17. Servidores Públicos. 2.18. Regime Jurídico-Constitucional. 2.19. Direitos e Vantagens. 2.20. Deveres, Proibições e Responsabilidades. 2.21. Regime Previdenciário. 2.22. Controle pelo Tribunal de Contas. 2.23. Responsabilidade Civil do Estado. 2.24. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (relacionadas aos itens desse conteúdo programático). 2.25. Lei Federal nº 14.133/2021. **3. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**: 3.1. Contrato Individual de Trabalho. 3.2. Sujeito do Contrato de Trabalho: o Empregador. 3.3. Despersonalização do Empregador. 3.4. Sucessão. 3.5. Solidariedade e Subsidiariedade. 3.6. Sujeito do Contrato de Trabalho: o Empregado. 3.7. Empregado Rural e

Doméstico. 3.8. Trabalhador Temporário. 3.9. Trabalhadores Autônomos e Eventuais. 3.10. Trabalho da Mulher e do Menor. 3.11. Salário e Remuneração. 3.12. Princípios de Proteção ao Salário. 3.13. Equiparação Salarial. 3.14. Duração do Trabalho. 3.15. Jornada de Trabalho. 3.16. Prorrogação. 3.17. Intervalo. 3.18. Repouso Semanal Remunerado. 3.19. Feriados. 3.20. Férias. 3.21. Garantia de Emprego. 3.22. Aviso Prévio. 3.23. Indenização. 3.24. Estabilidade. 3.25. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. 3.26. Prescrição e Decadência. 3.27. Liberdade Sindical. 3.28. Organização Sindical Brasileira. 3.29. Contribuição Sindical. 3.30. Convenções e Acordos Coletivos. 3.31. Conflitos Coletivos de Trabalho. 3.32. Greve. 3.33. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo. 3.34. Organização e Funcionamento da Justiça do Trabalho. 3.35. Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho. 3.36. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. 3.37. Sentença. 3.38. Das Partes e dos Procuradores. 3.39. Petição Inicial. 3.40. Reclamação Verbal. 3.41. Inépcia. 3.42. Audiência. 3.43. Comparecimento das Partes. 3.44. Arquivamento e Revelia. 3.45. Conciliação. 3.46. Da Resposta do Reclamado: Formas. Exceções. Contestação. 3.47. Reconvenção. 3.48. Das Provas no Processo do Trabalho. 3.49. Recursos no Processo do Trabalho. 3.50. Liquidação de Sentença. 3.51. Processo de Execução. 3.52. Embargos de Terceiro. 3.53. Procedimentos Especiais. 3.54. Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave. 3.55. Consignação em Pagamento. 3.56. Ação Rescisória. 3.57. Mandado de Segurança. 3.58. Contribuições Previdenciárias e Fiscais. 3.59. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST. **4. Direito Previdenciário**: 4.1. Previdência social: 4.1.1. Noção e fundamentos. 4.1.2. Modelos contributivos e não contributivos, de repartição e de capitalização, públicos e privados. 4.1.3. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988. 4.2. Princípios do direito previdenciário: 4.2.1 Fontes. 4.2.2. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. 4.2.3. Competência legislativa. 4.2.4. Prescrição em matéria previdenciária. 4.2.5. Regimes de previdência social: 4.2.5.1. Regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar. 4.3. Previdência social dos agentes públicos. 4.3.1. Servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo, militares, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas. 4.3.2. Regime previdenciário dos serventuários e registradores não remunerados pelos cofres públicos. 4.3.3. Servidores públicos e regime de previdência complementar. 4.4. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. 4.5. Direito adquirido e expectativa de direito. 4.6. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005, Emenda Constitucional nº 70/2012 e Emenda Constitucional 103/19. 4.7. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004). 4.8. Órgão Gestor Único. 4.9. Previdência complementar. 4.10. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: 4.10.1. Regras constitucionais permanentes. 4.11. Contributividade e solidariedade. 4.12. Compulsoriedade. 4.13. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. 4.14. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. 4.15. Certidão de Tempo de Contribuição. 4.16. Promoções pós-aposentadoria. 4.17. Unidade de regime e de gestão. 4.18. Fundos de natureza previdenciária. 4.19. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. 4.20. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas: imunidade e isenção. 4.21. Alíquotas de contribuição previdenciária. 4.21.1 Alíquotas: progressividade e diferenciadas. 4.23. Contribuição previdenciária dos militares. 4.24. Contribuição do ente público. 4.25. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. 4.26. Concessão e revisão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência. 4.27. Paridade e integralidade. 4.28. Aposentadorias: 4.28.1. Modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). 4.28.2. Aposentadorias especiais. 4.28.3. Aposentadoria especial dos professores. 4.29. Pensão: 4.29.1 Fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. 4.30. Cumulação de aposentadorias e pensões. 4.31. Teto dos benefícios. 4.32. Reajustamento dos benefícios. 4.33. Abono de permanência. 4.34. Regramento previdenciário dos servidores públicos do Estado de São Paulo: 4.34.1. Segurados, dependentes, custeio e benefícios. 4.34.2. Contribuição previdenciária. 4.35. Natureza jurídica e atribuições. 4.35.2. Fundos Públicos de Natureza Previdenciária. 4.35.3. Responsabilidade do ente público. 4.36. Lei Complementar nº 653, de 09 de maio de 2022 (estatuto, lei orgânica, regulamentação adm 10408/2021 e 716/2026). **5. Direito Processual Civil**: 5.1. Fontes do Direito Processual. 5.2. Da Jurisdição. 5.3. Normas Fundamentais do Processo e Aplicação das Normas Fundamentais. 5.4. Ação e Processo: Conceito. Ação e Pretensão. Natureza Jurídica, Condições, Princípios, Classificação. 5.5. Do Processo e Procedimento: Natureza e Princípios. 5.6. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. 5.7. Pressupostos Processuais. Tipos de Procedimentos. 5.8. Competência. 5.9. Sujeitos do Processo. 5.10. Deveres das Partes e Procuradores. 5.11. Representação Judicial das Pessoas Jurídicas de Direito Público. 5.12. Capacidade, Deveres e Responsabilidades. 5.13. Legitimação Ordinária, Legitimação Extraordinária, Representação e Substituição Processuais. 5.14. Sucessão das Partes e dos Procuradores. 5.15. Intervenção de Terceiros: Assistência, Denunciação à Lide, Chamamento ao Processo, Amicus Curiae, Desconsideração da Personalidade. Jurídica, Recursos de Terceiros. 5.16. Despesas, Honorários Advocatícios, Depósitos Judiciais, Custas e Multas Processuais. 5.17. Dos Poderes, Deveres e da Responsabilidade do Juiz. 5.18. Dos Impedimentos e da Suspeição. 5.19. Funções Essenciais à Justiça: Advocacia Pública, Ministério Público, Defensoria Pública. 5.20. Atos Processuais: Forma, Tempo e Lugar dos Atos Processuais. 5.21. Prazos: Conceito, Classificação, Princípios, Contagem. Preclusão. 5.22. Comunicação dos Atos Processuais: Citação, Intimação, Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem. 5.23. Nulidades Processuais. 5.24. Negócios Jurídicos Processuais. 5.25. Valor da Causa. 5.26. Tutelas Provisórias: Aspectos Gerais. 5.27. Poder Geral de Tutela. 5.28. Tutelas de Urgência. 5.29. Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Cabimento, Fungibilidade, Momento, Requisitos, Procedimentalização. 5.30. Estabilização da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente. 5.31. Tutela de Evidência: Cabimento, Requisitos, Procedimentalização. 5.32. A Fazenda Pública e as Tutelas de Urgência. 5.33. Processo de Conhecimento: Procedimento Comum. 5.34. Petição Inicial: Conceito, Requisitos. 5.35. Pedidos: Espécies, Modificação, Cumulação. 5.36. Causa de Pedir. 5.37. Improcedência Liminar do Pedido. 5.38. Respostas do Réu: Contestação e Reconvenção 5.39 Revelia: Efeitos

Materiais e Processuais. 5.40. Providências Preliminares e Saneamento. 5.41. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. 5.42. Sentença: Definição, Espécies, Efeitos e Tipos. 5.43. Coisa Julgada: Conceito, Efeitos e Limitações. 5.44. Recursos: Conceito, Classificação e Efeitos. 5.45. Cabimento e Forma dos Recursos. 5.46. Recursos Especial e Extraordinário. 5.47. Embargos de Declaração e Agravo Interno. 5.48. Execução: Modalidades e Procedimentos. 5.49. Liquidação de Sentença: Modalidades e Procedimentos. 5.50. Ação Rescisória. 5.51. Mandado de Segurança. 5.52. Procedimentos Especiais: Embargos de Terceiro, Inventário e Partilha, Arrolamento, Inventário Judicial e Extrajudicial. 5.53. Ação Civil Pública. 5.54. O Processo Coletivo. 5.55. Juizados Especiais: Princípios e Competência. 5.56. Recursos nos Juizados Especiais. 5.57 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **6. Direito Tributário**: 6.1. Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal. 6.1.1. Limitações do poder de tributar. 6.1.2. Princípios do direito tributário. 6.1.3. Repartição das receitas tributárias. 6.2. Tributos. 6.2.1. Conceito. 6.2.2. Natureza jurídica. 6.2.3. Regra Matriz de Incidência Tributária. 6.2.4. Antecedente da Norma (Aspectos Material, Temporal e Territorial). 6.2.5. Consequente da Norma (Aspectos Subjetivo e Quantitativo). 6.2.6. Fiscalidade e Extrafiscalidade. 6.3. Contribuições. 6.4. Competência tributária: 6.4.1. Classificação. 6.4.2. Exercício da competência tributária. 6.4.3. Capacidade tributária ativa. 6.4.4. Imunidade tributária. 6.4.5. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 6.5. Fontes do direito tributário. 6.6. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6.7. Obrigação tributária. 6.7.1. Definição e natureza jurídica. 6.7.2. Obrigação principal e acessória. 6.7.3. Fato gerador. 6.7.4. Sujeito ativo. 6.7.5. Sujeito passivo. 6.7.6. Solidariedade. 6.7.7. Capacidade tributária. 6.7.8. Domicílio tributário. 6.7.9. Responsabilidade tributária. 6.7.10 .Responsabilidade dos sucessores. 6.7.11. Responsabilidade de terceiros. 6.7.12 Responsabilidade por infrações. 6.7.13 Substituição tributária. 6.8. Crédito tributário: 6.8.1. Constituição do crédito tributário. 6.8.2. Lançamento. 6.8.3. Modalidades de lançamento. 6.8.4. Suspensão do crédito tributário. 6.8.5. Extinção do crédito tributário. 6.8.6. Exclusão do crédito tributário. 6.8.7. Garantias e privilégios do crédito tributário. 6.8.8. Prescrição e decadência. **7. Direito Civil**: 7.1. Fontes do Direito Civil e Princípios Aplicáveis. 7.2. Pessoas Naturais e Jurídicas. 7.3. Bens. 7.4. Atos Jurídicos. 7.5. Negócio Jurídico. 7.6. Prescrição e Decadência. 7.7. Prova. 7.8. Obrigações. 7.9. Contratos. 7.10. Direito de Família. 7.11. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. **8. Legislações Especiais**: 8.1. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n° 13.709/18. 8.2. Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei n° 12.527/2011. 8.3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n° 8.069/1990. 8.4. Estatuto da Pessoa Idosa– Lei n° 10.741/2003. 8.5. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n° 13.146/2015. 8.6. Código de Ética do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos (Resolução nº 10, de 19 de setembro de 2025). 4.21. Alíquotas de contribuição previdenciária; 4.22 Alíquotas: progressividade e diferenciadas; 4.23. Contribuição previdenciária dos militares; 4.24. Contribuição do ente público; 4.25. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos; 4.26. Concessão e revisão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência; 4.27. Paridade e integralidade; 4.28. Aposentadorias: 4.28.1. Modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis); 4.28.2. Aposentadorias especiais; 4.28.3. Aposentadoria especial dos professores; 4.29. Pensão: 4.29.1 Fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários; 4.30. Cumulação de aposentadorias e pensões; 4.31. Teto dos benefícios; 4.32. Reajustamento dos benefícios; 4.33. Abono de permanência; 4.34. ~~Regramento previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná Regramento previdenciário dos servidores públicos do Estado de São Paulo: 4.34.1. Segurados, dependentes, custeio e benefícios; 4.34.2. Contribuição previdenciária;~~ 4.35. Natureza jurídica e atribuições ~~(ADI 1956)~~; 4.35.2. Fundos Públicos de Natureza Previdenciária; 4.35.3. Responsabilidade do ente público~~. 4.36. Lei Complementar nº 653, de 09 de maio de 2022.~~ **5. Direito Processual Civil**: 5.1. Fontes do Direito Processual; 5.2. Da Jurisdição; 5.3. Normas Fundamentais do Processo e Aplicação das Normas Fundamentais; 5.4. Ação e Processo: Conceito; Ação e Pretensão; Natureza Jurídica, Condições, Princípios, Classificação; 5.5. Do Processo e Procedimento: Natureza e Princípios; 5.6. Formação, Suspensão e Extinção do Processo; 5.7. Pressupostos Processuais; Tipos de Procedimentos; 5.8. Competência; 5.9. Sujeitos do Processo; 5.10. Deveres das Partes e Procuradores; 5.11. Representação Judicial das Pessoas Jurídicas de Direito Público; 5.12. Capacidade, Deveres e Responsabilidades; 5.13. Legitimação Ordinária, Legitimação Extraordinária, Representação e Substituição Processuais; 5.14. Sucessão das Partes e dos Procuradores; 5.15. Intervenção de Terceiros: Assistência, Denunciação à Lide, Chamamento ao Processo, Amicus Curiae, Desconsideração da Personalidade~~,~~ Jurídica, Recursos de Terceiros; 5.16. Despesas, Honorários Advocatícios, Depósitos Judiciais, Custas e Multas Processuais; 5.17. Dos Poderes, Deveres e da Responsabilidade do Juiz; 5.18. Dos Impedimentos e da Suspeição; 5.19. Funções Essenciais à Justiça: Advocacia Pública, Ministério Público, Defensoria Pública; 5.20. Atos Processuais: Forma, Tempo e Lugar dos Atos Processuais; 5.21. Prazos: Conceito, Classificação, Princípios, Contagem; Preclusão; 5.22. Comunicação dos Atos Processuais: Citação, Intimação, Cartas ~~Precatoriais~~ Precatórias, Rogatórias e de Ordem; 5.23. Nulidades Processuais; 5.24. Negócios Jurídicos Processuais; 5.25. Valor da Causa; 5.26. Tutelas Provisórias: Aspectos Gerais; 5.27. Poder Geral de Tutela; 5.28. Tutelas de Urgência; 5.29. Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Cabimento, Fungibilidade, Momento, Requisitos, Procedimentalização; 5.30. Estabilização da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente; 5.31. Tutela de Evidência: Cabimento, Requisitos, Procedimentalização; 5.32. A Fazenda Pública e as Tutelas de Urgência; 5.33. Processo de Conhecimento: Procedimento Comum; 5.34. Petição Inicial: Conceito, Requisitos; 5.35. Pedidos: Espécies, Modificação, Cumulação; 5.36. Causa de Pedir; 5.37. Improcedência Liminar do Pedido; 5.38. Respostas do Réu: Contestação e Reconvenção 5.39 Revelia: Efeitos Materiais e Processuais; 5.40. Providências Preliminares e Saneamento; 5.41. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo; 5.42. Sentença: Definição, Espécies, Efeitos e Tipos; 5.43. Coisa Julgada: Conceito, Efeitos e Limitações; 5.44. Recursos: Conceito, Classificação e Efeitos; 5.45. Cabimento e Forma dos Recursos; 5.46. Recursos Especial e Extraordinário; 5.47. Embargos de Declaração e Agravo Interno; 5.48. Execução: Modalidades e Procedimentos; 5.49. Liquidação de Sentença: Modalidades e Procedimentos; 5.50. Ação Rescisória; 5.51. Mandado de Segurança; 5.52. Procedimentos Especiais: ~~Tutela de~~

~~Urgência~~ (já tem no tópico 5.28), Embargos de Terceiro, Inventário e Partilha, Arrolamento, Inventário Judicial e Extrajudicial; 5.53. Ação Civil Pública; 5.54. O Processo Coletivo; ~~5.55. Juizados Especiais: Princípios e Competência; 5.56. Recursos nos Juizados Especiais~~; 5.57 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **6. Direito Tributário**: 6.1. Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal; 6.1.1. Limitações do poder de tributar; 6.1.2. Princípios do direito tributário; 6.1.3. Repartição das receitas tributárias; 6.2. Tributos; 6.2.1. Conceito; 6.2.2. Natureza jurídica; 6.2.3. Regra Matriz de Incidência Tributária; 6.2.4. Antecedente da Norma (Aspectos Material, Temporal e Territorial); 6.2.5. Consequente da Norma (Aspectos Subjetivo e Quantitativo); 6.2.6. Fiscalidade e Extrafiscalidade; 6.3. Contribuições; 6.4. Competência tributária: 6.4.1. Classificação; 6.4.2. Exercício da competência tributária; 6.4.3. Capacidade tributária ativa; 6.4.4. Imunidade tributária; 6.4.5. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência; 6.5. Fontes do direito tributário; 6.6. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária; 6.7. Obrigação tributária; 6.7.1. Definição e natureza jurídica; 6.7.2. Obrigação principal e acessória; 6.7.3. Fato gerador; 6.7.4. Sujeito ativo; 6.7.5. Sujeito passivo; 6.7.6. Solidariedade; 6.7.7. Capacidade tributária; 6.7.8. Domicílio tributário; 6.7.9. Responsabilidade tributária; 6.7.10. Responsabilidade dos sucessores; 6.7.11. Responsabilidade de terceiros; 6.7.12 Responsabilidade por infrações; 6.7.13 Substituição tributária; 6.8. Crédito tributário: 6.8.1. Constituição do crédito tributário; 6.8.2. Lançamento; 6.8.3. Modalidades de lançamento; 6.8.4. Suspensão do crédito tributário; 6.8.5. Extinção do crédito tributário; 6.8.6. Exclusão do crédito tributário; 6.8.7. Garantias e privilégios do crédito tributário; 6.8.8. Prescrição e decadência. **7. Direito Civil**: 7.1. Fontes do Direito Civil e Princípios Aplicáveis; 7.2. Pessoas Naturais e Jurídicas; 7.3. Bens; 7.4. Atos Jurídicos; 7.5. Negócio Jurídico; 7.6. Prescrição e Decadência; 7.7. Prova; 7.8. Obrigações; 7.9. Contratos; 7.10. Direito de Família; 7.11. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro. **8. Legislações Especiais**: 8.1. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n° 13.709/18; 8.2. Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei n° 12.527/2011; 8.3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n° 8.069/1990; 8.4. Estatuto ~~do Idoso~~ da Pessoa Idosa– Lei n° 10.741/2003; 8.5. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n° 13.146/2015; 8.6. ~~Código de Ética e Conduta da Paranaprevidência~~ Código de Ética do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos (Resolução nº 10, de 19 de setembro de 2025); 8.7. Portaria MPT n°1467/2022.

Art. 9º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São José dos Campos/SP, 13 de outubro de 2026.

Devair Pietraroia da Silva
Superintendente do Instituto de Previdência do Servidor Municipal – IPSM